



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**REPUBLICAÇÃO DO EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 – FMS-SRP**

Torna-se público que o Fundo Municipal de Saúde do Município de Capela/SE, por meio do Departamento de Licitações e Contratos do Município, realizará **Pregão na forma Eletrônico**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal 11.462, de 31 de março de 2022 e demais legislação aplicável, Lei Complementar nº 123/2006 e redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, com alterações posteriores dos diplomas legais pertinentes, Decreto Municipal nº 010/2024 e Decreto Municipal nº 008/2024, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas nesse Edital.

**DATA LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Às 08h59min do dia 13 de março de 2026, através do site <https://licitanet.com.br/>

**ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

09h do dia 13 de março de 2026, através do site <https://licitanet.com.br/>.

## **1. OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o **Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (RENAME, REMUME, PSICOTRÓPICOS, DENTRE OUTROS) com objetivo de atender as necessidades da assistência farmacêutica do município de Capela/SE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2. Para os itens: 1 a 292 (com exceção dos itens dispostos no subitem 1.2.1. abaixo)**, serão exclusivos para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), em virtude do valor máximo estimado para cada item em atendimento aos preceitos do art. 48, inc. I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, assim comprovadas mediante apresentação, no ato da habilitação, de **certidão expedida, no ano em curso, pela respectiva Junta Comercial**, na forma do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC ou registro no MEI (Microempreendedor Individual);

**1.2.1. Para os itens: 84, 155 e 165** da planilha constante do anexo I – Termo de Referência será permitido à participação de quaisquer interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e que detenham atividade compatível e pertinente com o seu objeto;



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

1.2.3. Havendo mais de um item ou lote facultar-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote quando for o caso, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. PODERÁ PARTICIPAR desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

2.2. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

2.3. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

2.4. **Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

2.4.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

2.4.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

2.4.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

2.4.4. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

2.4.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

2.4.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

2.4.7. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

2.4.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

**2.5. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:**

2.5.1. Que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021**):

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.5.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.5.1.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.5.2. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.5.3. Sociedades cooperativas.

**2.6. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.**

2.6.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

2.6.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

2.6.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

2.6.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

2.6.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

2.6.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar no 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados;

### **3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

3.1.1. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto neste Edital

3.1.2. Os documentos de habilitação serão enviados posteriormente a fase de lances, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo 02 (duas) horas, contados da convocação a ser exposta.

3.1.3. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, pdf's originais dos órgãos emissores ou ainda cópias simples em formato "pdf". Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei 14.133/2021).

3.1.4. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

3.1.5. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

3.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

3.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC no 123, de 2006.

3.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

3.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. Para aceitabilidade da proposta, o(a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO UNITÁRIO E TOTAL PARA O OBJETO LICITADO, fixo e irrevogável, limitado a 02 (duas) casas decimais, numérico e por extenso, expresso em moeda nacional;

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

4.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

4.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

4.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

4.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo “Informações Adicionais” ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

4.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

4.7. O(A) Licitante vencedor(a) do certame poderá apresentar com a sua proposta de preços a **PLANILHA DE CUSTO**, contendo composição clara do preço, todos os insumos, encargos em geral e lucro em relação ao preço final.

4.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em “pdf” poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

5.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

5.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação (Pregoeiro) e os licitantes. O Chat de mensagem, a critério do Agente de Contratação poderá ficar inativo ou ativo conforme o caso e necessidade.

5.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.9. A disputa ocorrerá pelo valor **UNITÁRIO DO ITEM**.

5.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo igual ou superior aos valores definidos e especificados na tabela de itens do Termo de Referência deste Edital.

5.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

5.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item “5.14”, observando-se o seguinte:

5.15.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

5.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15.2. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.15.2.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.15.2.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.15.2.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.15.2.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

5.15.2.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15.3. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.15.3.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.15.3., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.15.3.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.15.3.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.15.3.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15.3.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.15.3.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

5.15.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.15.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.15.10. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), conforme regulamento específico.

5.15.11. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.15.12. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.15.13. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.15.14. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

5.15.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.15.16. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem: (a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação; (b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; (c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.15.17. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: (a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize; (b) empresas brasileiras; (c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; (d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.15.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.15.19. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.15.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.15.21. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.15.22. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. O prazo aqui definido poderá ser ampliado conforme o caso desde que motivadamente justificado nos autos do processo.

5.15.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.15.24. Nos casos em que se verificarem ofertas manifestamente inferiores a uma realidade de mercado, sendo esses valores, passivos de serem declarados INEXEQUÍVEIS, o licitante será obrigado a apresentar **Planilha de Custo detalhada, Ata de SRP/Contratos e Notas Fiscais** que comprove a capacidade de entrega no último valor apresentado, sob pena de decair do direito a adjudicação do objeto licitado.

5.15.25. Não serão aceitos preços com a incapacidade de comprovação de exequibilidade, sendo a licitante responsável pelos seus atos, tornando-se passiva das penalidades cabíveis nos casos em que forem constatadas reduções nos preços que impossibilite a Administração de alcançar a aquisição do objeto licitado.

## **6. FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- (a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- (b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os termos deste edital.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A licitante deverá apresentar os documentos de habilitação expostos no Termo de Referência conforme previsto no item 7.1. deste Edital, sob pena de **INABILITAÇÃO** no certame.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples ou por cópia autenticada digitalmente. Nos casos de cópias simples, havendo dúvidas sobre a autenticidade do documento em questão, em sede de diligência, serão solicitadas outras comprovações que garantam a veracidade das informações ali expostas.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.8. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à habilitação, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)): (a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e (b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.10. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

7.13. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.capela.se.gov.br/licitacoes>.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação, fraudar a licitação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

9.1.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.5.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.7. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1 advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial;



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.5, 9.1.6 e 9.1.17, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado;

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.5 e 9.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5 e 9.1.6 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.4.1 e 9.4.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021;

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022;

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco)



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio:* (sistema eletrônico) [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DO REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, constam da minuta de Ata de Registro de Preços.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

## **12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada em sítio eletrônico do órgão licitante.

12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

13.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. (a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. (b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.capela.se.gov.br>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

Capela/SE, 26 de fevereiro de 2026.

**LAIZE SANTOS DE ALMEIDA**  
**Pregoeira**

Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela – Sergipe – CEP: 49.700-000 Site: [www.capela.se.gov.br](http://www.capela.se.gov.br) E-mail: [saude@capela.se.gov.br](mailto:saude@capela.se.gov.br)

FONE: 079 3263-1707 CNPJ Nº 11.639.262/0001-17



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE**

1.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o abastecimento contínuo dos Postos de Saúde do Município de Capela/SE pelo período de 12 (doze) meses, assegurando a regular distribuição gratuita de medicamentos à população, bem como sua utilização nos procedimentos clínicos e no atendimento de pacientes, internados ou não.

A aquisição visa manter a continuidade dos serviços públicos de saúde, evitando desabastecimento e prejuízos à assistência farmacêutica municipal.

**2. DO OBJETO**

2.1. Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS (RENAME, REMUME, PSICOTRÓPICOS, DENTRE OUTROS) com objetivo de atender as necessidades da assistência farmacêutica do município de Capela/SE.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.3. Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de **12 (doze) meses**, prorrogável por igual período, desde que comprovado a vantajosidade, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

### **3. DAS OBRIGAÇÕES**

#### **3.1. DO FORNECEDOR**

3.1.1. Manter, durante toda a vigência da ata de registro de preços, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem à mesma, sob pena de sua rescisão ou cancelamento do registro de preços e, aplicação das penalidades ora previstas;

3.1.2. Entregar os Produtos no órgão solicitado pelo Município de acordo especificação marca e preço registrados e na forma prevista, observando o seguinte:

3.1.2.1. Os medicamentos deveram ser totalmente embalados, marcados, e serem entregues em perfeito estado, ocorrendo à ruptura ou quebra tanto na viagem ou na entrega dos mesmos, os materiais deverão ser trocados no prazo máximo de 15 dias;

3.1.2.2. Se no ato da entrega, for constatado que o material for inferior com os parâmetros de qualidade, segundo o presente termo e segundo norma e certificados exigidos em lei, os mesmos serão devolvidos ficando a empresa fornecedora responsável pelo pagamento de taxas, frete e demais encargos, devendo efetuar a troca do mesmo no prazo máximo de 15 dias. Em caso de reincidência a Empresa poderá sofrer sanções administrativas.

3.1.3. Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao Município;

3.1.4. Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes do fornecimento, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer ao Município comprovante de quitação com os órgãos competentes;



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3.1.5. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas durante o fornecimento;

3.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município;

3.1.7. Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros termos de autorização que se façam necessários à execução do fornecimento;

3.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto firmado com o Município, sem prévia e expressa anuência.

3.1.9. Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Município.

3.1.10. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, bem como substituir, sem ônus adicionais, o(s) Produtos cujos padrões de qualidade, segurança e finalidade não se prestem ao seu fim específico.

3.1.11. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o(s) Produto(s), cuja qualidade, finalidade, eficácia procedência e eficiência, apresentem qualquer nível de desatendimento ao fim a que se presta, ou suspeita em relação a sua procedência, ou ainda, aquele em que se verificarem vícios, defeitos de fabricação, violação, transporte inadequado, incorreções ou falhas resultantes do fornecimento e fabricação.

3.1.12. A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".

3.1.13. Na entrega dos medicamentos O prazo de validade deverá corresponder, no mínimo, a 75% do prazo total de validade, onde couber, e deverá atender às diretrizes dos órgãos de controle específicos, respectivamente, para cada modelo/tipo descrito no item anterior.

## **3.2. DO ORGÃO**



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3.2.1. Notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do produto mediante o envio da nota de empenho, ou ordem de fornecimento a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo fornecedor sendo que a nota de empenho repassada ao fornecedor poderá equivaler a uma ordem de fornecimento;

3.2.2. Permitir ao pessoal do fornecedor o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;

3.2.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do material;

3.2.4. Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas;

3.2.5. Receber os Produtos entregues pela CONTRATADA, desde que estejam em conformidade com as especificações registradas.

3.2.6. Devolver com a devida justificativa, qualquer material entregue fora dos padrões e normas constantes do Edital e seus anexos

**4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)**

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)**

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

7.1. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência do pedido e autorização de fornecimento a ser repassado ao fornecedor quando da necessidade de sua aquisição.

7.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias após ciência da autorização de fornecimento. Não havendo tal comunicação, comprovada de impedimento de fornecimento no prazo estipulado, a Contratante poderá abrir processo de advertência e penalidade nos casos de atraso nas entregas.

7.3. Os bens deverão ser entregues no endereço: Rua Coelho e Campos, n. 1201, Centro, Capela/SE. O horário de entrega será nos horários de expediente do órgão contratante, entre 08h e 13h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados inclusive municipais.

7.4. Na entrega dos medicamentos O prazo de validade deverá corresponder, no mínimo, a 75% do prazo total de validade, onde couber, e deverá atender às diretrizes dos órgãos de controle específicos, respectivamente, para cada modelo/tipo descrito no item anterior.

7.5. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.7.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**8. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)**

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

**9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/ATA de SRP (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)**

9.1. O contrato/Ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3. A execução do contrato/Ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

9.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

11.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

11.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.

11.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.13. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**Prazo de pagamento**

11.17. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

11.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

**Forma de pagamento**

11.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

## **12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

### **Exigências de habilitação**

12.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

12.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

12.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.12. Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP); assim comprovadas mediante **apresentação de certidão expedida, no ano em curso**, pela respectiva Junta Comercial, na forma do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC ou registro no MEI (Microempreendedor Individual);

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

12.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

12.14. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do **Tempo de Serviço (FGTS)**;

12.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

12.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.18. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual ou Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

12.21. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

a) os documentos nesta alínea limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b) as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c) a boa situação financeira será avaliada quando os índices de LG, LC e SG forem superiores a 1, obtidos a partir das seguintes fórmulas:



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LG – Liquidez Geral;

$$\text{Liquidez Geral L} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

LC – Liquidez Corrente;

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

SG – Solvência Geral;

$$\text{Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**12.23. Deverá estar expresso nos balanços da licitante o cálculo do ILG conforme fórmula acima ou em folha à parte, carimbada e assinada pelo contador da empresa;**

12.24. A empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer, ou todos, os índices de Liquidez Geral, de Liquidez Corrente e de Solvência Geral, forem iguais ou inferiores a 1.

12.25. Para as organizações não sujeitas a registro em Juntas Comerciais, serão consideradas na forma da lei o Balanço Patrimonial apresentado por meio de cópia da escrituração contábil em formato digital ou não-digital.

12.26. As empresas com escrituração em formato digital deverão apresentar a impressão dos seguintes arquivos gerados pelo SPED Contábil da Receita Federal: (a) Termo de Autenticação (Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital-ECD gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED); (b) Termo de Abertura e Encerramento; (c) Balanço Patrimonial.

12.27. As empresas com escrituração em formato não-digital deverão apresentar as cópias do Balanço Patrimonial extraídos das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticadas pelo órgão de registro público competente da sede ou domicílio do licitante (Junta Comercial ou em outro órgão equivalente), em conjunto com os competentes Termos de Abertura e de Encerramento, todos evidenciando a correta ordem sequencial de extração do Livro Diário.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

12.28. A licitante que iniciou as atividades no exercício em que se realizar o certame poderá apresentar o Balanço Patrimonial por meio de cópias da escrituração em formato digital ou não digital na forma dos itens anteriores, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**Qualificação Técnica**

12.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.29.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.29.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.30. ALVARÁ SANITÁRIO vigente expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária do Estado ou Município da sede do licitante;

12.31. Autorização de funcionamento da empresa concedido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária);

12.32. Autorização Especial - Licença concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (SVS/MS), contendo a autorização para comercialização de medicamentos sujeitos ao controle especial, para os itens: **11, 12, 13, 19, 20, 35, 36, 44, 45, 46, 51, 67, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 86, 90, 91, 95, 96, 102, 103, 104, 105, 115, 121, 122, 123, 124, 125, 136, 137, 138, 139, 140, 154, 155, 156, 195, 196, 200, 201, 208.**

**13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

13.1. A estimativa foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, cujas fontes e memória de cálculo encontram-se juntadas aos autos do processo administrativo.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

13.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.705.363,08** (dois milhões, setecentos e cinco mil, trezentos e sessenta e três reais e oito centavos), conforme custos unitários expostos na tabela abaixo:

Item	Código	Produto/Serviço	Unid	Qtde	Unitário (Estimado)	Total (Estimado)
1	12353	ACEBROFILINA, 10 MG/ML, 120 ML + DOSADOR GRADUADO.	FRC	2.800,0000	5,7300	16.044,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
2	12352	ACEBROFILINA, 5 MG/ML, 120 ML + DOSADOR GRADUADO.	FRC	1.400,0000	5,7900	8.106,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
3	12355	ACICLOVIR 50 MG/G (5%). CREME. TUBO CONTENDO 10 G.	TUB	1.050,0000	2,4400	2.562,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
4	17234	ACICLOVIR, 200 MG	CP	3.500,0000	0,2500	875,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
5	17102	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG..	CP	224.000,0000	0,0500	11.200,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
6	17131	ACIDO ASCÓRBICO 100MG/ML	AMP	350,0000	1,0200	357,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
7	12358	ÁCIDO ASCÓRBICO, 1 G.	CP	10.500,0000	0,5500	5.775,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
8	12359	ÁCIDO ASCÓRBICO, 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO GOTEJADOR 20 ML.	FRC	1.050,0000	2,9000	3.045,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
9	12357	ÁCIDO ASCÓRBICO, 500 MG.	CP	14.000,0000	0,2100	2.940,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
10	12360	ÁCIDO FÓLICO 5 MG.	CP	21.000,0000	0,0700	1.470,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
11	12362	ACIDO VALPROICO/VALPROATO DE SÓDIO 250 MG, embalado ou blister stp, conforme consta no registro do produto.	CP	35.000,0000	0,3500	12.250,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
12	12361	ÁCIDO VALPROICO/VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML, FRASCO CONTENDO 100 ML + COPO MEDIDOR.	FRC	2.100,0000	5,7800	12.138,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
13	12363	ACIDO VALPROICO/VALPROATO DE SÓDIO 500 MG, embalado ou blister stp, conforme consta no registro do produto.	CP	49.000,0000	0,5900	28.910,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
14	25428	ÁGUA DESTILADA AMPOLA COM 10ML	AMP	7.000,0000	0,2500	1.750,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
15	25429	AGUA DESTILADA AMPOLA COM 5 ML	AMP	3.500,0000	0,2300	805,00
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
16	12364	ALBENDAZOL 40 MG/ML. SUSPENSÃO ORAL, CONTENDO 10 ML + COPO MEDIDOR.	FRC	1.400,0000	1,2400	1.736,00
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
17	12365	ALBENDAZOL 400 MG.	CP	8.400,0000	0,6500	5.460,00
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
18	12366	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG.	CP	3.500,0000	0,3000	1.050,00
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
19	12367	ALPRAZOLAM 0,5 MG, embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	21.000,0000	0,0900	1.890,00
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
20	12368	ALPRAZOLAM 1 MG, embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	21.000,0000	0,0700	1.470,00
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
21	12371	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 MG/ML + 12,5MG/ML. SUSPENSÃO ORAL, CONTENDO 75 ML + COPO MEDIDOR.	FRC	3.500,0000	15,4700	54.145,00
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
22	12372	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 500 MG + 125 MG.	CAP	7.000,0000	0,8300	5.810,00
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
23	12370	AMOXICILINA 50 MG/ML. SUSPENSÃO ORAL, CONTENDO 150 ML + COPO MEDIDOR.	FRC	4.900,0000	5,8700	28.763,00
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
24	12369	AMOXICILINA 500 MG.	CAP	42.000,0000	0,1800	7.560,00
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
25	12374	ANLODIPINO 10 MG.	CP	140.000,0000	0,0500	7.000,00
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
26	12373	ANLODIPINO 5 MG.	CP	105.000,0000	0,0300	3.150,00
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
27	22091	ANORO 62,5/25MCG, USO INALATORIO POR VIA ORAL CONTÉM 30 DOSES	FRC	14,0000	323,2000	4.524,80
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
28	12377	ATENOLOL 100MG.	CP	28.000,0000	0,0900	2.520,00
		<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".			
29	12376	ATENOLOL 50MG.	CP	19.250,0000	0,4000	7.700,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
30	12375	ATENOLOL. 25 MG.	CP	154.000,0000	0,0300	4.620,00
<b>Especificação</b>		Embalado ou blister stp, conforme consta no registro do produto. A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária,				
31	12379	AZITROMICINA 500MG.	CP	5.600,0000	0,7000	3.920,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
32	12378	AZITROMICINA, PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL, 40 MG/ML, COM 15 ML.	FRC	2.100,0000	4,9000	10.290,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
33	25430	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI. PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL + DILUENTE (4 ML).	FRC	4.200,0000	4,7100	19.782,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
34	25431	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI. PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL + DILUENTE (4 ML).	FRC	700,0000	5,1800	3.626,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
35	12382	BROMAZEPAM 3 MG embalado ou blister stp, conforme consta no registro do produto.	CP	12.600,0000	0,1600	2.016,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
36	12383	BROMAZEPAM 6 MG embalado ou blister stp, conforme consta no registro do produto.	CP	16.800,0000	0,1700	2.856,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
37	12384	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25 MG/ML. SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO. FRASCO GOTEJADOR, 20 ML.	FRC	420,0000	1,3600	571,20
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
38	12385	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML. SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO. FRASCO GOTEJADOR, 20ML.	FRC	420,0000	7,6700	3.221,40
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
39	12386	BROMOPRIDA 10 MG embalado ou blister stp, conforme consta no registro do produto.	CP	14.000,0000	0,1500	2.100,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
40	17134	BROMOPRIDA 10MG/2ML	AMP	350,0000	1,2200	427,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
41	12387	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 10 MG+500MG embalado ou blister stp, conforme consta no registro do produto.	CP	1.500,0000	0,2300	345,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
42	12388	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10 MG embalado ou blister stp, conforme consta no registro do produto.	CP	7.000,0000	0,3200	2.240,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
43	12389	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 10ML/ML. FRASCO COM GOTEJADOR CONTENDO 20 ML.	FRC	1.400,0000	5,3100	7.434,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
44	12390	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML. SUSPENSÃO ORAL COM 100 ML + COPO MEDIDOR.	FRC	3.150,0000	8,3800	26.397,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
45	12391	CARBAMAZEPINA 200 MG. embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	199.500,0000	0,1700	33.915,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
46	12392	CARBAMAZEPINA 400 MG.	CP	14.000,0000	0,4300	6.020,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
47	12393	CARBOCISTEINA 20MG/ML, XAROPE, COM 100 ML + COPO DOSADOR.	FRC	1.400,0000	5,1200	7.168,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
48	12394	CARBOCISTEINA 50MG/ML, XAROPE, COM 120 ML + COPO DOSADOR.	FRC	1.400,0000	5,5200	7.728,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
49	12396	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 1250 MG (500MG DE CÁLCIO) + 400UI.	CP	8.400,0000	0,0400	336,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
50	12395	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (500MG DE CÁLCIO).	CP	280.000,0000	0,0600	16.800,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
51	12397	CARBONATO DE LÍTIO. 300 MG. embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	24.500,0000	0,2100	5.145,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
52	12398	CARMELOSE SÓDICA 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA, GOTEJADOR COM 10 ML.	FRC	280,0000	7,0600	1.976,80
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
53	12401	CARVEDILOL 12,5 MG.	CP	84.000,0000	0,1100	9.240,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
54	12402	CARVEDILOL 25 MG.	CP	220.500,0000	0,1500	33.075,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
55	12399	CARVEDILOL 3,125 MG.	CP	14.000,0000	0,1100	1.540,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
56	12400	CARVEDILOL 6,25 MG.	CP	21.000,0000	0,1100	2.310,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
57	12404	CEFALEXINA 500MG.	CP	42.000,0000	0,3300	13.860,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
58	12403	CEFALEXINA 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100ML + COPO DOSADOR.	FRC	3.150,0000	9,0500	28.507,50



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
59	12405	CETOCONAZOL 20 MG/G. CREME DERMATOLÓGICO. TUBO COM 30 G.	TUB	2.800,0000	2,7000	7.560,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
60	12406	CETOCONAZOL 20 MG/G. XAMPU COM 100 ML.	FRC	2.100,0000	4,3800	9.198,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
61	12407	CETOCONAZOL 200MG.	CP	11.200,0000	0,2300	2.576,00
<b>Especificação</b>	. A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
62	22088	CETOPROFENO 100MG/ML IV	AMP	350,0000	4,4900	1.571,50
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
63	17141	CETOPROFENO 50MG/ML IM	AMP	700,0000	1,1100	777,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
64	17133	CIMETIDINA 150MG/ML	AMP	140,0000	0,9200	128,80
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
65	12408	CIPROFLOXACINO 500MG.	CP	17.500,0000	0,1400	2.450,00
<b>Especificação</b>	. A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
66	12409	CLARITROMICINA 500MG.	CP	1.400,0000	1,8800	2.632,00
<b>Especificação</b>	. A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
67	12411	CLONAZEPAM 0,5 MG.	CP	21.000,0000	0,0600	1.260,00
<b>Especificação</b>	. A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
68	12412	CLONAZEPAM 2 MG.	CP	126.000,0000	0,0600	7.560,00
<b>Especificação</b>	. A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
69	12410	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, COM 20ML GOTEJADOR.	FRC	3.150,0000	2,4800	7.812,00
<b>Especificação</b>	. A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
70	12413	CLORETO DE SÓDIO 9 MG/ML (9%). SOLUÇÃO NASAL, GOTEJADOR CONTENDO 30 ML.	FRC	2.100,0000	29,2700	61.467,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
71	12414	CLORIDRATO DE AMBROXOL 3MG/ML, XAROPE COM 100 ML + COPO DOSADOR.	FRC	1.400,0000	2,4400	3.416,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
72	12415	CLORIDRATO DE AMBROXOL 6MG/ML, XAROPE COM 100 ML + COPO DOSADOR.	FRC	1.400,0000	2,5100	3.514,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
73	12416	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25 MG.	CP	126.000,0000	0,0400	5.040,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

74	12417	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 75MG.	CP	14.000,0000	0,3400	4.760,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
75	12418	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG.	CP	14.000,0000	0,2600	3.640,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
76	12421	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100MG.	CP	7.000,0000	0,3100	2.170,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
77	12420	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 25 MG.	CP	7.000,0000	0,2600	1.820,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
78	12419	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 40MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, GOTEJADOR COM 20 ML.	FRC	280,0000	9,4300	2.640,40
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
79	12423	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20 MG.	CP	126.000,0000	0,0600	7.560,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
80	12422	CLORIDRATO DE IMIPRAMINA 25 MG.	CP	5.600,0000	0,4200	2.352,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
81	12424	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2MG/G (2%). GEL COM 30G.	TUB	700,0000	5,2000	3.640,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
82	12426	CLORIDRATO DE METFORMINA 500 MG.	CP	140.000,0000	0,1600	22.400,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
83	12427	CLORIDRATO DE METFORMINA 850 MG.	CP	826.500,0000	0,1200	99.180,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
84	12428	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10 MG.	CP	4.200,0000	0,0600	252,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
85	12429	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML, SOLUÇÃO ORAL COM GOTEJADOR 20ML.	FRC	980,0000	1,5600	1.528,80
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
86	12430	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20 MG embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	21.000,0000	0,1800	3.780,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
87	12431	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 25 MG.	CP	42.000,0000	0,1700	7.140,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
88	12432	CLORIDRATO DE PROPAFENONONA 300MG.	CP	350,0000	0,5700	199,50
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
89	12433	CLORIDRATO DE PRÓPRANOLOL 40MG.	CP	5.600,0000	0,0400	224,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
90	12434	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG.	CP	105.000,0000	0,1000	10.500,00

Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela – Sergipe – CEP: 49.700-000 Site: [www.capela.se.gov.br](http://www.capela.se.gov.br) E-mail:

[saude@capela.se.gov.br](mailto:saude@capela.se.gov.br)

FONE: 079 3263-1707 CNPJ Nº 11.639.262/0001-17



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
91	22097	CLORPROMAZINA 25MG/5ML	AMP	560,0000	3,1900	1.786,40
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
92	12435	COLAGENASE 0,6 UI/G. CREME DERMATOLÓGICO, COM 30G.	TUB	140,0000	12,4900	1.748,60
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
93	12436	COLAGENASE+CLORANFENICOL 0,6UI/G+ 0,01G/G. CREME DERMATOLÓGICO COM 30G.	TUB	2.100,0000	13,0100	27.321,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
94	17132	COMPLEXO B	AMP	350,0000	0,0300	10,50
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
95	12437	DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52 MG/ML, CONTENDO 1ML.	AMP	840,0000	4,6300	3.889,20
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
96	22092	DEPAKOTE SPRINKLE 125MG	CP	1.400,0000	1,2000	1.680,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
97	12438	DEXAMETASONA 0,1 MG/G (1%). CREME DERMATOLÓGICO COM 10G.	TUB	2.100,0000	1,7700	3.717,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
98	12439	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML, ELIXIR COM 120 ML + COPO DOSADOR.	FRC	1.260,0000	2,7700	3.490,20
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
99	12440	DEXAMETASONA 1MG/ML, SUSPENSÃO OFTÁLMICA, COM 5 ML.	FRC	280,0000	10,6800	2.990,40
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
100	12441	DEXAMETASONA 4 MG.	CP	5.600,0000	0,3900	2.184,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
101	17139	DEXAMETASONA 4MG/ML	AMP	350,0000	1,0200	357,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
102	12443	DIAZEPAM 10 MG.	CP	42.000,0000	0,0600	2.520,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
103	12442	DIAZEPAM 5 MG.	CP	21.000,0000	0,0500	1.050,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
104	25432	DIAZEPAM 5MG/ML	AMP	560,0000	1,0400	582,40
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
105	22099	DIAZEPAM 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL	AMP	630,0000	0,7400	466,20
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

106	17138	DICLOFENACO 75MG/ML	AMP	210,0000	0,7400	155,40
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
107	12444	DICLOFENACO POSTASSIO 50 MG embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	14.000,0000	0,0800	1.120,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
108	12445	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	14.000,0000	0,0600	840,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
109	12446	DIGOXINA 0,25 MG.	CP	28.000,0000	0,1700	4.760,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
110	17135	DIPIRONA 500MG/ML	AMP	700,0000	0,5000	350,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
111	12447	DIPIRONA SÓDICA 500 MG.	CP	210.000,0000	0,1900	39.900,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
112	12448	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, GOTEJADOR COM 20ML.	FRC	12.600,0000	2,1100	26.586,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
113	22101	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG/ML+FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML	AMP	210,0000	3,5200	739,20
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
114	22087	DRAMIN B6	AMP	140,0000	4,5900	642,60
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
115	17125	ESCITALOPRAM 10MG..	CP	28.000,0000	0,1300	3.640,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
116	22096	ESCOPOALMINA 4MG/ML+ DIPIRONA 500MG/ML	AMP	980,0000	1,3000	1.274,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
117	22095	ESCOPOLAMINA 20MG/ML	AMP	840,0000	1,0000	840,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
118	12450	ESPIRONOLACTONA 100 MG.	CP	122.500,0000	0,6400	78.400,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
119	12449	ESPIRONOLACTONA 25 MG.	CP	98.000,0000	0,2500	24.500,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
120	12451	ESTRIOL 1MG/G. CREME VAGINAL, COM 50G.	TUB	420,0000	13,5300	5.682,60
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
121	12452	FENITOÍNA 100MG.	CP	28.000,0000	0,1600	4.480,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				

Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela – Sergipe – CEP: 49.700-000 Site: [www.capela.se.gov.br](http://www.capela.se.gov.br) E-mail:

[saude@capela.se.gov.br](mailto:saude@capela.se.gov.br)

FONE: 079 3263-1707 CNPJ Nº 11.639.262/0001-17



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

122	25433	FENITOINA 50MG/ML	AMP	350,0000	2,5600	896,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
123	12454	FENOBARBITAL 100 MG.	CP	84.000,0000	0,2500	21.000,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
124	22093	FENOBARBITAL 100MG/2ML	AMP	350,0000	2,5800	903,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
125	12453	FENOBARBITAL 40MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, GOTEJADOR COM 20 ML.	FRC	280,0000	4,5300	1.268,40
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
126	12455	FLUCONAZOL 150 MG.	CAP	5.600,0000	0,4600	2.576,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
127	12456	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 1MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, COM 100ML + COPO DOSADOR.	FRC	3.150,0000	6,4200	20.223,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
128	12457	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA 3MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, COM 100ML + COPO DOSADOR.	FRC	2.800,0000	4,1000	11.480,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
129	17142	FUROSEMIDA 10MG/ML	AMP	350,0000	0,9300	325,50
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
130	12458	FUROSEMIDA 40 MG.	CP	140.000,0000	0,0700	9.800,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
131	25434	GLIBLENCLAMIDA 5 MG embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	245.000,0000	0,0300	7.350,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
132	12460	GLICAZIDA 30 MG.	CP	42.000,0000	0,1400	5.880,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
133	12461	GLICAZIDA 60 MG.	CP	91.000,0000	0,3700	33.670,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
134	25435	GLICOSE 50%, AMPOAL 10ML (DIFERENTE NO CONTABILIS)	AMP	1.400,0000	0,4500	630,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
135	22100	GUACO ( MIKABIA GLOMERATA SPRENG) EM XAROPE FRASCO 120ML	FRC	1.680,0000	2,3900	4.015,20
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
136	12463	HALOPERIDOL 1 MG.	CP	7.000,0000	0,1700	1.190,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
137	25436	HALOPERIDOL 2MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, GOTEJADOR COM 20 ML.	FRC	210,0000	3,1100	653,10



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
138	12464	HALOPERIDOL 5 MG.	CP	28.000,0000	0,2300	6.440,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
139	25437	HALOPERIDOL 5MG/ML	AMP	420,0000	1,4900	625,80
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
140	12465	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 50 MG.	CP	12.600,0000	2,4800	31.248,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
141	12466	HIDROCLOROTIAZIDA. 25 MG. embalado ou blister stip, conforme consta no registro do produto.	CP	350.000,0000	0,0200	7.000,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
142	25438	HIDROCORTISONA 500MG	AMP	840,0000	4,6100	3.872,40
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
143	12468	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 300 MG.	CP	2.100,0000	0,2400	504,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
144	12467	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, 61,5 MG/ML. SUSPENSÃO ORAL 240 ML + COPO DOSADOR.	FRC	560,0000	7,5700	4.239,20
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
145	12470	IBUPROFENO 300MG.	CP	10.500,0000	0,0800	840,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
146	12469	IBUPROFENO 50MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, COM GOTEJADOR 30 ML.	FRC	3.150,0000	2,2400	7.056,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
147	12471	IBUPROFENO 600MG.	CP	42.000,0000	0,1200	5.040,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
148	22102	ISOSSORBIDA 5MG	CP	4.200,0000	0,4100	1.722,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
149	12472	ITRACONAZOL 100 MG.	CP	700,0000	1,0200	714,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
150	12473	IVERMECTINA 6 MG.	CP	4.200,0000	0,4500	1.890,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
151	12474	LACTULOSE 667MG/ML, XAROPE, COM 120 ML + COPO DOSADOR.	FRC	2.100,0000	3,4400	7.224,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
152	25439	LEVODOPA 200+ BENSERAZIDA 50MG	CP	7.000,0000	1,2200	8.540,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
153	25440	LEVODOPA 250+CARBIDOPA 25MG	CP	7.000,0000	0,5900	4.130,00

Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela – Sergipe – CEP: 49.700-000 Site: [www.capela.se.gov.br](http://www.capela.se.gov.br) E-mail:

[saude@capela.se.gov.br](mailto:saude@capela.se.gov.br)

FONE: 079 3263-1707 CNPJ Nº 11.639.262/0001-17



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
154	12475	LEVOMEPROMAZINA 100 MG embalado ou blister stip, conforme consta no registro do produto.	CP	99.750,0000	0,6300	62.842,50
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
155	12476	LEVOMEPROMAZINA 25 MG embalado ou blister stip, conforme consta no registro do produto.	CP	21.000,0000	0,4300	9.030,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
156	12477	LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ ML, SOLUÇÃO ORAL EM GOTAS, 20 ML.	FRC	350,0000	13,4300	4.700,50
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
157	12480	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG.	CP	42.000,0000	0,3300	13.860,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
158	12478	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG.	CP	56.000,0000	0,2500	14.000,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
159	12479	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG.	CP	42.000,0000	0,2600	10.920,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
160	25441	LIDOCAINA 2% GELIA COM 30G	TUB	2.100,0000	6,3200	13.272,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
161	25442	LIDOCAINA 2% SEM VASO, AMPOLA 20ML	AMP	840,0000	4,1600	3.494,40
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
162	12482	LORATADINA 10 MG.	CP	14.000,0000	0,0600	840,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
163	12481	LORATADINA 1MG/ML, XAROPE, COM 100 ML + COPO DOSADOR.	FRC	3.500,0000	3,9700	13.895,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
164	12483	LOSARTANA POTASSICA 50 MG embalado ou blister stip, conforme consta no registro do produto.	CP	1.326.675,000 0	0,1300	172.467,75
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
165	12484	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML, XAROPE, COM 120 ML + COPO DOSADOR.	FRC	2.100,0000	2,5300	5.313,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
166	12485	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2 MG.	CP	2.100,0000	0,0600	126,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
167	12487	MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG.	CP	84.000,0000	0,0400	3.360,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
168	12488	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG.	CP	126.000,0000	0,0600	7.560,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					

Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela – Sergipe – CEP: 49.700-000 Site: [www.capela.se.gov.br](http://www.capela.se.gov.br) E-mail:

[saude@capela.se.gov.br](mailto:saude@capela.se.gov.br)

FONE: 079 3263-1707 CNPJ Nº 11.639.262/0001-17



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

169	12486	MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG.	CP	84.000,0000	0,0600	5.040,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
170	12489	MEBENDAZOL 100 MG embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	700,0000	0,4100	287,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
171	12490	MEBENDAZOL 20MG/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO GOTEJADOR COM 30 ML.	FRC	350,0000	2,3400	819,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
172	12491	METILDOPA 250 MG.	CP	84.000,0000	0,4400	36.960,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
173	12492	METILDOPA. 500 MG. embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	84.000,0000	0,6400	53.760,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
174	17122	METILFENIDATO 10MG..	CP	14.000,0000	0,3000	4.200,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
175	17136	METOCLOPRAMIDA 5MG/ML	AMP	350,0000	0,4800	168,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
176	12495	METRONIDAZOL 100MG/G (10%). GEL VAGINAL, COM 60G.	TUB	1.050,0000	5,0300	5.281,50
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
177	12493	METRONIDAZOL 250 MG.	CP	21.000,0000	0,2000	4.200,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
178	12494	METRONIDAZOL 400 MG.	CP	7.000,0000	0,3400	2.380,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
179	12496	MONONITRATO DE ISOSSORBIDA 20 MG.	CP	56.000,0000	0,1700	9.520,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
180	12497	NEOMICINA + BRACITRACINA 5MG/G + 250 UI/G. CREME DERMATOLÓGICO. TUBO CONTENDO 15G.	TUB	1.750,0000	2,2500	3.937,50
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
181	12498	NIFEDIPINO 10 MG. embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	63.000,0000	0,1300	8.190,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
182	12499	NIFEDIPINO 20 MG embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	56.000,0000	0,1500	8.400,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
183	12500	NIMESULIDA 100MG embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	112.000,0000	0,0800	8.960,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
184	12501	NIMESULIDA 50MG/MG SOLUÇÃO ORAL, GOTEJADOR CONTENDO 15ML.	FRC	1.050,0000	1,9300	2.026,50



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
185	12502	NISTATINA 1000UI/4G TUBO COM 60 G CREME VAGINAL.	TUB	1.400,0000	6,3200	8.848,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
186	17126	NISTATINA+ OXIDO DE ZINCO DERMATOLOGICO	TUB	1.400,0000	7,1100	9.954,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
187	12503	NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G (2%). CREME DERMATOLÓGICO, COM 30 G.	TUB	1.400,0000	3,7400	5.236,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".					
188	12504	NITRATO DE MICONAZOL 20MG/G (2%). CREME VAGINAL, COM 80G.	TUB	2.100,0000	6,7000	14.070,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".					
189	25443	NITROFURANTOÍNA 100 MG.	CAP	1.050,0000	0,2500	262,50
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
190	25444	OLEO CICATRIZANTE A BASE DE ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, FRASCO 200 ML (OLEO DE GIRASSOL).	FRC	2.520,0000	5,0000	12.600,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
191	22094	OLEO MINERAL (PETROLATO) EM SOLUÇÃO FRASCO 100ML	FRC	1.400,0000	4,0900	5.726,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
192	12507	OLEO MINERAL 100% SOLUÇÃO ORAL , COM 100 ML.	FRC	1.750,0000	4,7600	8.330,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
193	17144	OMEPRAZOL 40MG/10ML	AMP	210,0000	4,2900	900,90
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
194	25445	OMPERAZOL 20 MG.	CAP	2.100,0000	0,1100	231,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
195	12509	OXALATO DE ESCITALOPRAM 20 MG.	CP	7.000,0000	0,2400	1.680,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".					
196	22090	OXCARBAZEPINA, DOSAGEM:60 MG/ML, APRESENTAÇÃO:SUSPENSÃO ORAL	FRC	560,0000	37,9900	21.274,40
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
197	12510	PARACETAMOL 200 MG/ML. SOLUÇÃO ORAL, GOTEJADOR COM 20 ML.	FRC	8.400,0000	1,4000	11.760,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".					
198	12511	PARACETAMOL 500 MG.	CP	56.000,0000	0,0800	4.480,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".					
199	12512	PARACETAMOL 750 MG. .	CP	56.000,0000	0,2200	12.320,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO"					



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

200	12513	PERICIAZINA 1%, SOLUÇÃO ORAL, COM 20 ML.	FRC	280,0000	13,1100	3.670,80
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
201	12514	PERICIAZINA 4%, SOLUÇÃO ORAL, COM 20 ML.	FRC	560,0000	23,9800	13.428,80
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
202	12515	PERMETRINA 10MG/ML (1%). LOÇÃO COM 60 ML.	FRC	2.800,0000	2,7800	7.784,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
203	12516	PERMETRINA 50MG/ML (5%). LOÇÃO COM 60ML.	FRC	2.800,0000	3,4800	9.744,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
204	12520	POLIVITAMÍNICO, COMPLEXO, SUSPENSÃO ORAL, COM 100 ML + COPO DOSADOR.	FRC	2.100,0000	5,3100	11.151,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
205	12519	POLIVITAMÍNICO, COMPLEXO. embalado ou blister stip, conforme consta no registro do produto.	CP	98.000,0000	0,0700	6.860,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
206	12518	PREDNISONA 20 MG.	CP	35.000,0000	0,2300	8.050,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
207	12517	PREDNISONA 5 MG.	CP	14.000,0000	0,1100	1.540,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
208	17123	PREGABALINA 75MG.	CP	21.000,0000	0,2300	4.830,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
209	17124	PROMETAZINA 25MG.	CP	84.000,0000	0,1700	14.280,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
210	17143	PROMETAZINA 25MG/ML	AMP	350,0000	3,1600	1.106,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
211	17128	QUETIAPINA 100MG LIBERAÇÃO CONTROLADA	CP	12.600,0000	0,3200	4.032,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
212	17127	QUETIAPINA 25MG	CP	10.500,0000	0,2400	2.520,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
213	12521	REPOSITOR DE FLORA INTESTINAL 200 MG.	SAC	6.300,0000	1,6600	10.458,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
214	12522	RISPERIDONA 1 MG embalado ou blister stip, conforme consta no registro do produto.	CP	63.000,0000	0,1700	10.710,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
215	12525	RISPERIDONA 1 MG/ ML , SOLUÇÃO ORAL, FRASCO COM 100 ML. "	FRC	1.400,0000	23,7500	33.250,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
216	12523	RISPERIDONA 2 MG embalado ou blister stp, conforme consta no registro do produto.	CP	84.000,0000	0,2300	19.320,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
217	12524	RISPERIDONA 3 MG embalado ou blister stp, conforme consta no registro do produto.	CP	25.200,0000	0,2700	6.804,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
218	22084	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ PARA SOLUÇÃO COM 27,9G.	SAC	4.200,0000	0,6600	2.772,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
219	17130	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL	FRC	1.400,0000	9,3000	13.020,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
220	22085	SECNIDAZOL 1.000 MG embalado ou blister stp, conforme consta no registro do produto.	CP	5.600,0000	1,5000	8.400,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
221	12528	SIMETICONA 40 MG embalado ou blister stp, conforme consta no registro do produto.	CP	16.800,0000	0,0800	1.344,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
222	12529	SIMETICONA 75 MG/ML SOLUÇÃO ORAL, FRASCO GOTEJADOR COM 15 ML.	FRC	3.360,0000	3,6300	12.196,80
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
223	12530	SINVASTATINA 20 MG.	CP	336.000,0000	0,0700	23.520,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
224	12531	SINVASTATINA 40 MG.	CP	210.000,0000	0,0900	18.900,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
225	22098	SOLUÇÃO ENAMA DE GLICERINA 12%, FRASCO 500ML	FRC	560,0000	8,2300	4.608,80
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
226	12532	SUCCINATO DE METOPROLOL 25 MG.	CP	63.000,0000	0,2500	15.750,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
227	12533	SUCCINATO DE METOPROLOL 50 MG.	CP	133.000,0000	0,4900	65.170,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
228	12534	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G (1%). CREME, COM 50 G.	TUB	2.100,0000	5,1400	10.794,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
229	12535	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400/80 MG.	CP	8.400,0000	0,1700	1.428,00
<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".					
230	17100	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 40MG/ML + 80MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, COM 100ML.	FRC	840,0000	3,2900	2.763,60



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
231	12537	SULFATO DE GENTAMICINA 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTALMICA, COM 5 ML.	FRC	140,0000	12,8200	1.794,80
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
232	12538	SULFATO DE SALBUTAMOL 5 MG/ML, COM 100 ML.	FRC	700,0000	22,0400	15.428,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
233	12540	SULFATO FERROSO 25MG/ML, GOTEJADOR, COM 30 ML.	FRC	2.800,0000	1,0800	3.024,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
234	12541	SULFATO FERROSO 40 MG.	CP	84.000,0000	0,0300	2.520,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
235	12539	SULFATO FERROSO 5MG/ML, XAROPE, COM 100ML.	FRC	2.800,0000	2,4100	6.748,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
236	22103	TIORIDAZINA 100MG	CP	7.000,0000	1,2300	8.610,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
237	12543	TIORIDAZINA 50 MG, embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	12.600,0000	1,0000	12.600,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
238	12542	TOPIRAMATO 100 MG, embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	12.600,0000	0,2700	3.402,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
239	12544	TRAMADOL 50 MG, embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CAP	14.000,0000	1,3500	18.900,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
240	17145	TRAMADOL 50MG/2ML	AMP	210,0000	1,2800	268,80
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
241	25454	TRILEPTAL 60MG/ML, FRASCO 100L	FRC	140,0000	53,7100	7.519,40
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
242	25455	VALPROATO DE SODIO 250MG	CP	2.800,0000	0,3000	840,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
243	25456	VALPROATO DE SODIO 500MG	CP	2.800,0000	0,6600	1.848,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
244	25457	VALPROATO DE SODIO 50MG/ML, 100ML	FRC	350,0000	6,1000	2.135,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
245	12545	VENLAFAXINA 75 MG LIBERAÇÃO CONTROLADA embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	10.500,0000	0,4000	4.200,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

246	12546	ZOLPIDEM 10 MG, embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	21.000,0000	0,2100	4.410,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
247	25458	ARIPRAZOL 1mg/ml	FRC	140,0000	178,8000	25.032,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
248	25459	LISDEXANFETAMINA 40MG/ML	FRC	14,0000	454,4700	6.362,58
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
249	25460	ARIPRAZOL 10MG	CP	700,0000	0,3800	266,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
250	25461	ATENTAH 10MG	CP	700,0000	0,9200	644,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
251	25462	EMPAGLIFLOZINA 10MG + LINAGLIPTINA 5MG	CP	1.050,0000	5,9800	6.279,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
252	25463	VALSARTANA 320MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25MG + ANLIDIPINO 10MG	CP	700,0000	6,1300	4.291,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
253	25464	METFORMINA 1000MG + VILDAGLIPTINA 50MG	CP	700,0000	1,4000	980,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
254	25465	DAPAGLIFLOZINA 10MG	CP	3.500,0000	2,0300	7.105,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
255	25466	ÁCIDO GAMAMINOBUTÍRICO 50MG + L-LISINA 50MG + TIAMINA 2MG + PIRIDOXINA 4MG + PANTOTENATO DE CÁLCIO 4MG	CP	1.400,0000	2,1700	3.038,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
256	25467	GLICOSE 25%, AMPOLA 10ML	AMP	2.000,0000	0,5400	1.080,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
257	25468	METOPROLOL 100MG	CP	3.500,0000	0,3700	1.295,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
258	25469	ONDASETRONA 2MG/ML	AMP	2.100,0000	1,2200	2.562,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
259	25470	CEFTRIAXONA 1G	AMP	2.800,0000	5,7800	16.184,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
260	25471	EXTRATO SECO DE HEDERA HELIX 7MG/ML	FRC	3.500,0000	5,1900	18.165,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
261	25472	CALOCALCIFEROL 200UI/GOTA	FRC	2.100,0000	11,0000	23.100,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				

Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela – Sergipe – CEP: 49.700-000 Site: [www.capela.se.gov.br](http://www.capela.se.gov.br) E-mail:

[saude@capela.se.gov.br](mailto:saude@capela.se.gov.br)

FONE: 079 3263-1707 CNPJ Nº 11.639.262/0001-17



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

262	25473	IBUPROFENO 100MG/ML	FRC	1.400,0000	2,2700	3.178,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
263	25474	PREDNISONA 3MG/ML	FRC	1.400,0000	4,3800	6.132,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
264	25475	TOBRAMICINA SOLUÇÃO OFTALMOLÓGICA	FRC	350,0000	7,0000	2.450,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
265	25476	METRONIDAZOL 40MG/ML	FRC	1.400,0000	5,3300	7.462,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
266	25478	PLIVITAMÍNICO INFANTIL GOTAS	FRC	1.400,0000	3,4000	4.760,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
267	25479	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 50MCG SPRAY	FRC	1.400,0000	33,1600	46.424,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
268	25480	FUROATO DE MOMETASONA 50MCG SPRAY NASAL	FRC	1.400,0000	20,2900	28.406,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
269	25481	MONTELUCASTER DE SÓDIO 4MG	CP	1.400,0000	5,6700	7.938,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
270	25482	ONDASETRONA 4MG	CP	3.500,0000	0,4700	1.645,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
271	25483	BUPROPIONA 300 MG	CP	3.500,0000	2,5300	8.855,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
272	25484	BUPROPIONA 150MG	CP	3.500,0000	0,3500	1.225,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
273	25485	VENLAFAXINA 37,5MG	CP	3.500,0000	0,3100	1.085,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
274	25486	VENLAFAXINA 150MG	CP	3.500,0000	0,8700	3.045,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
275	25487	DESVENLAFAXINA 50MG	CP	2.100,0000	0,7400	1.554,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
276	25488	PAROXETINA 25MG	CP	3.500,0000	4,3900	15.365,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
277	25489	CLORIDRATO DE TRAZADONA 50MG	CP	3.500,0000	0,5300	1.855,00
<b>Especificação</b>		A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
278	25490	CLORIDRATO DE TRAZADONA 100MG	CP	3.500,0000	0,4200	1.470,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE CAPELA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

	<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
279	25491	CLORPROMAZINA 25MG	CP	3.500,0000	0,2700	945,00
	<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
280	25493	MIRTAZAPINA 15MG	CP	3.500,0000	0,4900	1.715,00
	<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
281	25494	MIRTAZAPINA 30MG	CP	3.500,0000	0,5500	1.925,00
	<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
282	25496	OLANZAPINA 5MG	CP	3.500,0000	0,3000	1.050,00
	<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
283	25498	OLANZAPINA 10MG	CP	3.500,0000	0,4200	1.470,00
	<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
284	25500	QUETIAPINA 100MG	CP	3.500,0000	0,3200	1.120,00
	<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
285	25502	CLOTRIMAZOL 20MG/G CREME VAGINAL (COM APLICADORES)	BIS	350,0000	14,1100	4.938,50
	<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
286	25503	TINIDAZOL 30MG + NITRATO DE MICONAZOL 20MG CREME VAGINAL 40G (COM APLICADORES)	BIS	350,0000	13,5200	4.732,00
	<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
287	25504	PROMESTRIENO 10MG/G CREME VAGINAL 30G (COM APLICADORES)	BIS	350,0000	37,4100	13.093,50
	<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
288	25514	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSIÇÃO: (TRIGLICERÍDEOS ÁC. CÁPRICO, CAPRÍLICO E LINOLÉICO),	TUB	1.050,0000	47,1200	49.476,00
	<b>Especificação</b>	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, COMPOSIÇÃO: (TRIGLICERÍDEOS ÁC. CÁPRICO, CAPRÍLICO E LINOLÉICO), COMPONENTES: ÓLEO DE GIRASSOL, PANTENOL, ALOE VERA, CALÊNDULA, OUTROS COMPONENTES: GLICERINA, CURCUMA, PALMA ROSA, BÉTULA, VITAMINA E, FORMA FARMACÉUTICA: CREME, A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
289	25515	BENZOILMETRONIDAZOL + NISTATINA + CLORETO DE BENZALCÔNIO 62,5MG/G + NISTATINA 25.000 UI/G + 1,25MG/G	BIS	350,0000	26,9100	9.418,50
	<b>Especificação</b>	BENZOILMETRONIDAZOL + NISTATINA + CLORETO DE BENZALCÔNIO 62,5MG/G + NISTATINA 25.000 UI/G + 1,25MG/G CREME VAGINAL (COM APLICADORES), A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
290*	12427	CLORIDRATO DE METFORMINA 850 MG.	CP	275.500,0000	0,1200	33.060,00
	<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA NO COMÉRCIO".				
291*	12475	LEVOMEPROMAZINA 100 MG embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	33.250,0000	0,6300	20.947,50
	<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".				
292*	12483	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG embalado ou blister stíp, conforme consta no registro do produto.	CP	3.325,0000	0,1300	432,25



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

<b>Especificação</b>	A embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade. Na data da entrega, o produto deve possuir, no mínimo, 75% do prazo de validade total. Conforme portaria 2814 GM/1998, o produto deve apresentar em embalagem primária e/ou secundária, a expressão "PROIBIDO VENDA AO COMÉRCIO".
* Cota reservada para concorrência entre empresas EPP/ME (Lei Complementar nº 147, de 2014).	

Capela/SE, 06 de janeiro de 2026

**LENIZE KELLY SANTOS  
Diretora do Dep. Administrativo**

APROVO O TERMO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO

**ROMILDO DE OLIVEIRA PORTO JUNIOR  
Secretário Municipal de Saúde**



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O MUNICÍPIO DE [CIDADE\_SEDE] por intermédio do(a) [ORGAO\_ENTIDADE], com sede no(a) [ENDERECO\_ORGAO], na cidade de [CIDADE\_SEDE] – [ESTADO\_SEDE], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [CNPJ\_ORGAO], neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a) [AUTORIDADE\_SUPERIOR], [CARGO\_SUPERIOR], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº [PROCESSO\_LICITATÓRIO], processo administrativo nº [PROCESSO\_ADMINISTRATIVO], RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 008, de 02 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de medicamentos para atender as necessidades da Atenção Básica, destinados ao fundo municipal saúde de Capela/SE, especificado(s) no Termo de Referência, anexo XX do Edital do [PROCESSO\_LICITATÓRIO], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

XX

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela – Sergipe – CEP: 49.700-000 Site: [www.capela.se.gov.br](http://www.capela.se.gov.br) E-mail: [saude@capela.se.gov.br](mailto:saude@capela.se.gov.br)

FONE: 079 3263-1707 CNPJ Nº 11.639.262/0001-17



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

3.1. O órgão gerenciador será o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

**Não há Órgão Participe**

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. **Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.**

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, desde que comprovado a vantajosidade, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.**

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto Municipal 008/2024.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto Municipal 008/2024; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos Decreto Municipal 008/2024..

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço Decreto Municipal 008/2024., exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023) e Decreto Municipal 008/2024.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICIPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em **2 (duas)** vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

..... de..... de 202X

---

ORGAO GERENCIADOR

---

FORNECEDORES

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICIPIO DE CAPELA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**APENDICE “A”  
ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CADASTRO DE RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

XX

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

XXSXXXXX